

João pede a ilegalidade da greve dos médicos



ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

Os médicos do município de Aracaju reagiram ontem às declarações do prefeito João Alves Filho (DEM) dando conta que já autorizou solicitação à Justiça pedindo a ilegalidade da greve, que já dura 21 dias.

Aderiram à greve apenas os médicos da rede ambulatorial. Os setores de urgência e emergência não suspenderam os serviços. Ontem pela manhã, os médicos realizaram mais um ato público na porta do Centro Administrativo José Aloisio Campos, onde fica a sede da Prefeitura de Aracaju. Há informações de que a administração municipal entrou na justiça pedindo a ilegalidade da greve, mas o Sindimed ainda não foi notificado.

Durante assinatura do Proinveste na última segunda-feira, 13, o prefeito classificou a greve dos médicos como uma decisão radical e que coloca em risco a vida da população, dizendo ainda que houve diálogo entre o executivo e a categoria e que tomará uma decisão enérgica para acabar com a paralisação por tempo indeterminado. "Não será difícil comprovar na Justiça que essa greve é desnecessária, e por consequência, ilegal. Afinal, os diálogos não haviam se encerrado", defendeu João Alves Filho.

O presidente do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), João Augusto Oliveira contestou as declarações do prefeito, informando que a greve não é ilegal e que o movimento foi desencadeado por falta de um posicionamento de João Alves Filho que não apresentou contrapropostas para a categoria.

"Desde janeiro tentamos o diálogo e negociação com a prefeitura. Antes mesmo da greve fizemos quatro paralisações e ato público em um domingo para não prejudicar a população. Tudo isso para não haver greve, mas infelizmente foi inevitável diante da intransigência do prefeito João Alves Filho, que somente nos recebeu após um ato público realizado no prédio da prefeitura e marcou uma nova reunião, ocasião em que os médicos chegaram a acreditar que haveria um processo de negociação, o que não hou-

ve. A segunda reunião foi apenas para o prefeito anunciar o reajuste de 5%. De todas as propostas dos médicos, nenhuma foi analisada pelo executivo municipal. Por isso prosseguimos", esclarece.

João Augusto comentou ainda que as declarações do prefeito surpreenderam a categoria, que na quinta-feira, 9, se reuniu com o secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Saúde, Petrônio Gomes, tendo como resultado um agendamento de audiência para o dia seguinte com o secretário de finanças, Nilson Lima. "O secretário achou viável a nossa proposta, mas nos informou que dependia da vontade do prefeito João Alves em apresentar uma contraproposta. As últimas declarações do prefeito, entretanto, dão a entender que o mesmo não quer se comprometer com a saúde pública de Aracaju ao não priorizar a pauta dos trabalhadores do sistema. Esperamos que ele reflita. Temos plena convicção que o nosso movimento é respeitoso e legal e reforçamos que não houve negociação por parte da prefeitura", enfatiza.

"Também sobre o questionamento sobre a legalidade da greve, vamos ter a nossa defesa. A categoria médica é a que mais mostra a problemática da saúde e temos o apoio do judiciário através do Ministério Público Estadual, que acompanha todas as nossas queixas e sabe que são legais. Seria de uma incoerência tamanha do poder judiciário agora agir de forma contrária. O que deve ser feito é uma audiência para que seja aberto o processo de negociação dirigida pelo poder judiciário", sugere.

O sindicato também contestou as declarações do prefeito ao tentar atribuir os riscos de mortes nas unidades de saúde à greve. "Na verdade, a prefeitura não está se esforçando em contratar médicos. Se não há profissionais na urgência e emergência não é por causa da greve. O prefeito quer jogar a sociedade contra os médicos. Nós sabemos dos riscos e por isso não paramos esses serviços que foram mantidos integralmente. Se não há médicos no Nestor Piva e Fernando Franco é porque a maioria já pediu demissão por causa da falta das condições de trabalho e valorização profissional", esclareceu.